

Brasília-DF, 27 de agosto de 2026



Entre os principais temas esteve o projeto de revitalização do DIAP. A proposta busca reforçar a capacidade de acompanhamento do Congresso, produção de análises e informações qualificadas em apoio à atuação das organizações representativas dos trabalhadores.

A reunião também tratou da necessidade de intensificar a mobilização pelo fim da escala 6x1, com atenção especial à tramitação da matéria no Senado. A avaliação é de que a articulação das centrais e das entidades sindicais será fundamental para ampliar o debate público e a pressão sobre os parlamentares em torno da redução da jornada de trabalho.

Outro ponto da agenda foi o PL 1.893/2026, que regulamenta a negociação das relações de trabalho no setor público e a representação sindical dos servidores e empregados públicos. A proposta estabelece normas para a negociação coletiva e busca dar efetividade à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma reivindicação histórica do funcionalismo.

Para Rita Serrano, a articulação permanente entre o DIAP, as centrais sindicais e as entidades representativas é essencial para fortalecer a atuação do movimento sindical diante dos debates que envolvem direitos, relações de trabalho e representação dos trabalhadores no Congresso Nacional.

Fonte: Diap

DIAP e centrais alinham agenda

Revitalização do Departamento, fim da escala 6x1 e direitos dos servidores estiveram no centro da reunião



A presidenta do DIAP, Rita Serrano, e o analista político e diretor da entidade, Neuriberg Dias, participaram nesta terça-feira (25), de reunião com representantes das centrais sindicais para discutir pautas estratégicas de interesse dos trabalhadores e fortalecer a atuação conjunta das entidades no Congresso Nacional.

CNJ amplia diálogo por Política Nacional de Trabalho Decente

CNJ amplia diálogo com trabalhadores e instituições para construir Política Nacional de Trabalho Decente e fortalecer proteção social no país



O Conselho Nacional de Justiça amplia o diálogo com trabalhadores, empregadores, instituições públicas e outros setores para construir uma Política Nacional de Promoção do Trabalho Decente.

Brasília-DF, 27 de agosto de 2026

Nesse processo, o Observatório do Trabalho Decente do Poder Judiciário promove reuniões temáticas destinadas a apresentar sua atuação e receber contribuições de diferentes setores sociais.

A iniciativa busca estabelecer um espaço permanente de diálogo social, aproximando instituições públicas, trabalhadores e entidades representativas para construir relações profissionais mais justas e dignas.

Além disso, o Observatório pretende ampliar a articulação institucional, produzir diagnósticos e integrar dados capazes de subsidiar políticas voltadas à promoção do trabalho decente nacionalmente.

Observatório amplia participação social

A ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, supervisiona o Observatório, enquanto Gabriela Lenz de Lacerda, juíza auxiliar do CNJ, coordena os trabalhos.

Nesse sentido, as reuniões permitem receber contribuições de organizações interessadas em oferecer subsídios técnicos para as atividades desenvolvidas pelo Observatório do Trabalho Decente atualmente.

“O diálogo social com as centrais sindicais e demais entidades representativas é fundamental para que o Poder Judiciário construa uma Política Nacional do Trabalho Decente verdadeiramente efetiva.”

De acordo com Kátia Arruda, a proposta pretende ampliar articulações, produzir diagnósticos precisos e integrar informações para promover trabalho digno e fortalecer mecanismos nacionais de proteção social.

A participação dos trabalhadores integra essa estratégia, juntamente com representantes empresariais, órgãos públicos, movimentos sociais, universidades, organizações civis e instituições dedicadas à pesquisa sobre trabalho.

Centrais sindicais participam das discussões

Em 21 de agosto, o Observatório realizou reunião virtual com representantes de 13 centrais sindicais, ampliando a participação organizada dos trabalhadores na construção dessa política nacional.

Participaram representantes da Força Sindical, CUT, CSB, CTB, UGT, NCST e Fórum das Centrais Sindicais, além de outras organizações envolvidas diretamente nas discussões sobre trabalho decente.

Durante o encontro, os participantes conheceram e discutiram eixos da proposta, destacando a necessidade de participação social na formulação das futuras políticas públicas do Judiciário.

Além disso, o diálogo busca incorporar demandas dos trabalhadores às decisões institucionais relacionadas às condições profissionais, direitos sociais e transformações atualmente presentes no mundo do trabalho.

O conceito de Trabalho Decente envolve direitos trabalhistas, empregos de qualidade, segurança, saúde, igualdade de oportunidades, proteção social e diálogo entre diferentes atores das relações profissionais.

Chicão representa trabalhadores no encontro

Entre os representantes sindicais, Eduardo Annunziato, Chicão, presidente do STIEESP, participou da reunião a pedido de Miguel Torres, presidente da Força Sindical, contribuindo para discussões.

A presença do dirigente reforçou a participação dos trabalhadores no debate sobre direitos, valorização profissional, ambientes seguros e políticas públicas relacionadas diretamente às relações de trabalho.

Para o STIEESP, políticas sobre Trabalho Decente precisam garantir participação efetiva dos trabalhadores e entidades representativas durante elaboração, acompanhamento e aplicação das medidas construídas institucionalmente.

Nesse contexto, o diálogo entre CNJ, TST e movimento sindical pode contribuir também para desenvolver protocolos considerados durante análises judiciais relacionadas ao universo das relações trabalhistas.

Observatório acompanha políticas e jurisprudência

Criado pelo CNJ e pelo TST em 2025, o Observatório funciona como espaço de diálogo social, pesquisa e incentivo às políticas judiciais sobre trabalho decente.

Entre suas atribuições estão monitorar políticas e práticas trabalhistas, acompanhar jurisprudência, consolidar informações sobre relações laborais e propor medidas para aperfeiçoar normas relacionadas ao trabalho.

Além disso, a agenda reúne diferentes instituições e setores para ampliar diagnósticos e buscar respostas conjuntas diante das profundas transformações observadas atualmente nas relações profissionais brasileiras.

Em julho, representantes do Observatório dialogaram com confederações patronais e com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ampliando a articulação para construir essa política.

Brasília-DF, 27 de agosto de 2026

Posteriormente, um seminário sobre indicadores de Trabalho Decente reuniu representantes do TST, CSJT, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e outras instituições públicas nacionais.

Agenda mantém debate sobre Trabalho Decente

O Observatório também prepara novas atividades, incluindo discussões sobre enfrentamento ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e reconhecimento de direitos diante das transformações econômicas contemporâneas.

Em setembro, outra reunião temática, organizada conjuntamente com a Organização Internacional do Trabalho, discutirá a Convenção 193 da OIT sobre Trabalho Decente na Economia de Plataformas.

Dessa forma, o processo pretende consolidar diálogo permanente entre Judiciário e sociedade para construir políticas capazes de responder aos novos desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros atualmente.

O STIEESP considera fundamental manter os trabalhadores no centro dessas discussões, principalmente diante das mudanças aceleradas que transformam relações, atividades e ambientes profissionais atualmente no país.

“O STIEESP seguirá participando dos espaços de diálogo e construção coletiva, defendendo que o trabalho seja, acima de tudo, fonte de dignidade, segurança, respeito e cidadania.”

“A classe trabalhadora carece de cuidados, principalmente com as mudanças aceleradas que vem ocorrendo no mundo do trabalho”, destaca Chicão.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Governo afirma que fila do INSS caiu 59% em agosto e atingiu menor patamar desde 2023



O anúncio foi feito durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

O governo anunciou nesta terça-feira que a fila de requerimentos para obter benefícios do INSS caiu para 1,282 milhão em agosto (dado parcial até dia 24). Em janeiro, aguardavam na fila 3,073 milhões de pedidos de benefícios, o que representa uma queda de 59%. De acordo com nota divulgada pelo Ministério da Previdência, esse é o menor patamar desde 2023.

O anúncio foi feito durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Na ocasião, o diretor de Benefícios do INSS, Leonardo Bittencourt, informou que os processos que aguardam na fila há mais de 45 dias somaram 261 mil em agosto. O volume representa redução de 86% em relação a janeiro deste ano, quando havia 1,882 milhão de pessoas aguardando há mais de 45 dias.

Ele também destacou que o índice de novas concessões subiu para 67% entre janeiro e julho, o que representa, em média, 730 mil benefícios por mês. A média mensal no mesmo período de 2025 foi de 641 mil requerimentos.

Reportagem do GLOBO mostrou que, em um movimento que ajuda a reduzir a fila do INSS em meio ao período eleitoral, o governo aumentou em 70% o número de requerimentos indeferidos entre janeiro e maio deste ano, na comparação com o mesmo período de 2025. Foi o maior patamar de indeferimentos desde 2021.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu manter a concessão de benefícios previdenciários como na Lista de Alto Risco da administração pública federal, devido à fila INSS e ao aumento do indeferimento dos pedidos.

A Lista de Alto Risco funciona como um alerta do tribunal sobre pontos que podem comprometer as contas públicas ou a qualidade dos serviços prestados à população. A lista foi lançada em 2022 e é revisada pela equipe de auditores periodicamente.

Embora reconheça o esforço do governo para reduzir a fila do INSS, com a adoção de planos de emergência, os técnicos afirmam que a essa evolução ainda não se mostra suficiente para exclusão do tema da Lista. Destaca ainda que vulnerabilidades relevantes na capacidade operacional ainda persistem.

A área técnica identificou ainda que uma análise entre requerimentos concluídos e protocolados mostrou que a produção ficou estagnada, “registrando ciclos recorrentes de déficit produtivos”.

Fonte: Agência O Globo

PEC da Segurança avança sem mudanças no Senado

Relator na CCJ pretende preservar texto aprovado pela Câmara para acelerar a tramitação da proposta

A PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025) deve avançar no Senado sem alterações em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. O relator

Brasília-DF, 27 de agosto de 2026

da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Rogério Carvalho (PT-SE), anunciou nesta terça-feira (25) que apresentará parecer favorável à versão encaminhada pelos deputados. As informações são da Agência Senado.

A estratégia busca acelerar a tramitação. Caso o Senado aprove a PEC sem modificações, a matéria não precisará retornar à Câmara. Segundo o relator, o texto já passou por amplo debate com governos estaduais, gestores da área, forças policiais e representantes da sociedade civil. O parecer deverá ser analisado pela CCJ nos próximos dias e, se aprovado, seguirá para o Plenário.

Entre as medidas previstas estão regras mais rigorosas para integrantes de organizações criminosas, milícias e grupos paramilitares, além de mecanismos para confiscar patrimônio associado a atividades ilícitas. A proposta também amplia a cooperação entre as forças policiais, reforça recursos destinados à segurança pública e estabelece medidas de proteção a mulheres, crianças e adolescentes.

No Plenário, por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, o texto precisará ser aprovado em dois turnos, com pelo menos 49 votos favoráveis em cada votação.

(Com informações da Agência Senado de Notícias)

Fonte: Diap

Demissões seguem suspensas no Grupo Casas Bahia

TRT-10 extingue ação da empresa e mantém em vigor liminar que condiciona dispensas coletivas à participação sindical



As demissões coletivas realizadas pelo Grupo Casas Bahia continuam suspensas após novo desdobramento no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-

10). As informações são do JOTA, em matéria publicada nesta terça-feira (25).

O tribunal extinguiu, sem julgamento do mérito, o mandado de segurança apresentado pela companhia contra a decisão da 11ª Vara do Trabalho de Brasília. A relatora, juíza convocada Sandra Nara Bernardo Silva, apontou a ausência de documentos necessários à análise da ação, entre eles o ato judicial contestado e sua respectiva intimação.

Com a extinção do mandado, permanece válida a liminar concedida em 19 de agosto pela juíza Katarina Roberta Mousinho de Matos. A decisão determinou o restabelecimento provisório dos vínculos dos trabalhadores atingidos pelas dispensas, com retorno à folha de pagamento e retomada dos benefícios contratuais.

Planos de saúde e outros benefícios assistenciais cancelados em razão dos desligamentos também devem ser restabelecidos. A empresa poderá realocar os empregados em funções compatíveis ou mantê-los em afastamento remunerado enquanto a medida estiver vigente.

A controvérsia surgiu após uma reestruturação nacional do Grupo Casas Bahia, que teria provocado o fechamento de 298 lojas e o desligamento de aproximadamente 1,9 mil trabalhadores. Em 16 de agosto, a companhia apresentou pedido de recuperação judicial envolvendo dívidas de R\$ 17,3 bilhões.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) levou o caso à Justiça do Trabalho no dia seguinte ao pedido de recuperação. A entidade argumentou que as dispensas ocorreram sem intervenção sindical prévia, exigência prevista no Tema 638 do Supremo Tribunal Federal (STF).

A liminar também impede novas dispensas coletivas sem participação efetiva dos sindicatos. O descumprimento dessa determinação poderá resultar em multa de R\$ 10 mil por trabalhador.

Paralelamente à disputa judicial, a CNTC solicitou a mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT). A iniciativa busca abrir uma negociação que considere tanto a situação econômica da empresa quanto os impactos da reestruturação sobre os trabalhadores.

Processo nº 0001197-45.2026.5.10.0011

Fonte: Diap